

O QUE ESPERAR DAS MULHERES NA POLÍTICA? UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE VEREADORAS DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

WHAT TO EXPECT OF WOMEN IN POLITICS? AN ANALYSIS OF NARRATIVES BY ALDERWOMEN FROM SOUTHERN RIO GRANDE DO SUL

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v19n1p119-129

Resumo

Buscamos neste artigo problematizar os discursos sobre as contribuições das mulheres na política partidária que emergiram nas narrativas de algumas vereadoras de cinco municípios da região sul do Rio Grande do Sul (RS). Para isso, produzimos entrevistas individuais semiestruturadas com 11 vereadoras. Fundamentamos o estudo com base nas contribuições dos Estudos Culturais e de Gênero nas suas vertentes pós-estruturalistas, entendendo o gênero como construção de caráter histórico, cultural e social em meio a sistemas de significação e relações de poder. Ao longo das análises, verificamos o predomínio de representações das mulheres nesse espaço político com base em características determinadas socialmente femininas, como a sensibilidade, a afetividade, a família, o espaço privado e as áreas sociais.

Palavras-chave: Representação. Mulheres. Política. Estudos Culturais.

Abstract

In this article we sought to problematize the discourses about the contributions of women in partisan politics that emerged in the narratives of some alderwomen from five cities in southern Rio Grande do Sul (RS). Therefore, we produced semi-structured interviews with 11 alderwomen. We supported the study on the contributions of Cultural and Gender Studies in their poststructuralist strands, understanding gender as a historical, cultural and social construction in the midst of systems of signification and relations of power. Throughout the analysis, we found the prevalence of representations of the women in in this political space based on certain characteristics socially determined as female, such as the sensitivity, the affectivity, the family, the private space and the social areas.

Keywords: Discourse. Women. Politics. Cultural Studies.

Dárcia Amaro Ávila

Universidade Federal do Rio Grande-FURG.

E-mail: darcia.avila@furg.br

Paula Regina Costa Ribeiro

Universidade Federal do Rio Grande- FURG.

E-mail: pribeiro.furg@gmail.com

Considerações iniciais

A presença das mulheres na política partidária e representativa ainda é muito recente e tímida se a compararmos com o período em que as mulheres começaram a se inserir nessa esfera política, no Brasil, foi a partir de 1928 quando a primeira prefeita foi eleita no Rio Grande do Norte. A exclusão e os silenciamentos das mulheres nos espaços públicos tem relação direta com os entendimentos de masculino e feminino, construídos sobre as bases do patriarcalismo, em que aos homens destinava-se o espaço público, enquanto às mulheres, o espaço privado. Assim, o que esperar das mulheres na política?

Neste artigo, buscamos problematizar os discursos sobre as contribuições das mulheres na política partidária com base nas narrativas produzidas por entrevistas semiestruturadas com vereadoras de alguns municípios da região sul do Rio Grande do Sul (RS): São José do Norte, Mostardas, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão.

Estabelecemos algumas conexões com os Estudos Culturais (EC) e de Gênero nas suas vertentes pós-estruturalistas. Compreendendo o gênero como uma construção de caráter histórico, cultural e social, em meio a sistemas de significação e relações de poder, o que nos possibilita considerar os sujeitos para além dos atributos biológicos que são naturalizados nos espaços sociais, mas produzidos pela cultura com base em sistemas de representação.

Para a organização do texto, em um primeiro momento, apresentamos alguns entendimentos acerca dos Estudos Culturais e de Gênero; em seguida, os caminhos que trilhamos para a produção dos dados a partir da metodologia de investigação narrativa; logo, as análises dessas narrativas e algumas considerações.

Representação, linguagem, cultura e gênero

Os Estudos Culturais, desde sua emergência na Universidade de Birmingham, vêm provocando problematizações sobre a cultura, utilizando-se de diferentes temas e categorias de pesquisa com base nas análises culturais. Entretanto, o conceito de cultura é um dos mais problematizado nas Ciências Sociais e Humanas, pois existem diferentes maneiras de defini-lo. Por muito tempo, os debates em torno da cultura concentravam-se na binaridade de alta cultura (clássicos da literatura, música etc.) e baixa cultura (cultura popular), o que vem a ser fortemente objeto de contestação dos Estudos Culturais a partir da chamada “virada cultural”, em que se enfatizou a importância do significado para a definição de cultura.

Segundo Stuart Hall (1997), a cultura tem a ver com os significados que partilhamos, e a linguagem, o meio pelo qual damos sentidos às coisas, ou seja, por meio do qual o significado é produzido. Isso quer dizer que a linguagem

é central para o significado e a cultura. Para o autor, a linguagem funciona como sistema de representação. Esta se utiliza de imagens, sons, palavras escritas, objetos que significam ou representam para as pessoas algo. Assim, “a cultura neste sentido permeia toda a sociedade. Ela é o que distingue o elemento “humano” na vida social daquilo que é simplesmente induzido de forma biológica. Seu estudo sublinha o papel crucial do domínio simbólico que está no coração da vida social” (HALL, 1997: 3).

Nos últimos anos, a preocupação com os significados tem direcionado estudiosos/as para o papel dos discursos na cultura, ou seja, com formas de construção dos conhecimentos de uma determinada prática “o agrupamento (ou formação) de ideias, imagens e práticas, que propiciam formas de se falar, formas de conhecimento e conduta associadas a um tópico particular, a atividade social ou a localização social na sociedade” (HALL, 1997: 7). Essa abordagem, que utilizamos neste estudo, concentra-se nos efeitos da representação, enfatizando como a linguagem e a representação produzem significados, mas também como o conhecimento produzido por um discurso “liga-se ao poder, regula as condutas, forma ou constrói identidades e subjetividades, e define a forma como são representadas, refletidas, praticadas e estudadas certas coisas” (HALL, 1997: 7). Assim, este produz identidades nossas formas de ser e estar no mundo. Isso possibilita-nos problematizar as formas pelas quais somos produzidos como sujeitos masculinos e femininos ao longo da cultura e da história.

Nessa perspectiva, é na crítica às lógicas cristalizadas das identidades femininas e masculinas, como essências ou fator biológico, que esse campo possibilita-nos problematizar as atribuições culturais naturalizadas das mulheres na política partidária. Desde a entrada de feministas no campo dos Estudos Culturais, no cenário do movimento feminista dos anos 1960 e 1970, “a crítica feminista nos EC tem produzido parte significativa das análises culturais que afetam os modos como às mulheres vêm ocupando espaços e sendo reposicionadas nas políticas culturais” (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003: 42).

O movimento feminista em sua pluralidade e heterogeneidade de tendências vem participando de muitas lutas e conquistas desde o século XIX. Embora sua história possa ser narrada de diferentes perspectivas as pesquisadoras Guacira Louro (1997) e Dagmar Meyer (2003) fazem referência a duas ondas do movimento feminista¹. O sufrágio universal, ou seja, o direito ao voto das mulheres é caracterizado como a primeira onda do feminismo. Aliado ao voto outras reivindicações

1 Embora tenhamos destacado duas ondas do movimento feminista, atualmente algumas autoras e alguns autores apontam para uma terceira e quarta onda feminista. Para Marlise Matos (2010) a terceira tem como marca a década de 1990, com as discussões da interseccionalidade entre gênero/raça/etnia, sexualidade, classe e geração. A quarta onda é relacionada ao fluxo horizontal dos feminismos nas experiências dos países latino-americanos.

foram feitas como, por exemplo, “o direito a educação, a condições dignas de trabalho, ao exercício da docência” (MEYER, 2003:12). A segunda onda seria quando as feministas adentraram as questões teóricas e inseriram-se nas escolas e nas universidades por volta dos anos 1960, a partir das problematizações à crítica biologicista (LOURO, 1997). No contexto brasileiro e latino-americano essa onda caracteriza-se segundo Matos (2010:68) “como uma resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, em uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e o direito ao exercício do prazer”.

Em meados dos anos 1970 e 1980, as feministas anglo-saxãs problematizaram o conceito de gênero, que procura introduzir na história a relação entre os sexos, mostrando-a como construída culturalmente, e não como inata ou parte da essência humana (LOURO, 1997). Assim, os estudos de gênero vêm provocando fissuras nos entendimentos universais e naturalizados de feminino e masculino nas sociedades com base na análise cultural, a qual, de acordo com Silva (2010:134), “parte da concepção de que o mundo cultural e social torna-se, na interação social, naturalizado: sua origem social é esquecida. A tarefa da análise cultural consiste em desconstruir, em expor esse processo de naturalização”. Assim, esse conceito possibilita pensarmos na produção das masculinidades e feminilidades no interior das culturas, como um processo social e histórico que envolve relações de poder. Nessa perspectiva não existe um único modo de ser homem e ser mulher, mas muitas e conflitantes formas de viver as masculinidades e feminilidades (MEYER, 2003).

Com tais pressupostos, pretendemos lançar nossos olhares para as narrativas das vereadoras sobre as contribuições das mulheres na política partidária. Entretanto, não temos a pretensão de avaliar as contribuições das vereadoras, mas visibilizar sua construção e naturalização, problematizando-as como vêm ensinando e reproduzindo o que é ser homem e o que é ser mulher nesse campo político.

A seguir, apresentamos os caminhos que trilhamos para a produção dos dados narrativos com as mulheres vereadoras.

A investigação narrativa e as participantes

Ao partilhar dos entendimentos dos Estudos Culturais, compreendemos que nossos olhares são interpelados e constituem os modos pelos quais fazemos uma pesquisa. Nesse sentido, nossas escolhas e caminhos trilhados também são interpelados por essa perspectiva, levando-nos a compartilhar de uma metodologia que nos possibilita entender as relações sociais em um determinado contexto e a tornar visíveis as mulheres presentes nesses momentos históricos. Nessa direção, utilizamos a investigação narrativa para a produção e análise dos dados.

Entendemos a narrativa, como uma prática social que constitui os sujeitos. Ou seja, é no processo de narrar e

ouvir histórias que os sujeitos constroem tanto os sentidos de si, quanto os dos outros e dos contextos em que estão inseridos. Segundo Jorge Larrosa (1996), a narrativa é uma modalidade discursiva, em que as histórias que contamos e ouvimos produzidas e mediadas no interior de determinadas práticas sociais passam a construir a nossa história. Também de acordo com o autor,

Cada um de nós se encontra já imerso em estruturas narrativas que lhe preexistem e que organizam de um modo particular a experiência, que impõem um significado à experiência. Por isso, a história de nossas vidas depende do conjunto de histórias que temos ouvido, em relação às quais temos aprendido a construir a nossa [...] (LARRÓSA, 1996: 461-462).

Por esse viés, nossas histórias são construídas com base em diferentes histórias que ouvimos e contamos. Nesse conjunto narrativo de contar e ouvir histórias, aprendemos a construir nossas identidades e experiências. Nesse sentido, as narrativas das vereadoras entrevistadas são constituídas de muitas histórias, nas quais passam a produzir suas subjetividades.

De acordo com Tomaz Tadeu da Silva, podemos estender o conceito de narrativas,

[...] para muito além daqueles gêneros formalmente conhecidos como tais: o romance, o conto, o filme, o drama. Existem muitas práticas discursivas não reconhecidas formalmente como narrativas, mas que trazem implícita uma história, encadeiam os eventos no tempo, descrevem e posicionam personagens e atores, estabelecem um cenário, organizam os “fatos” num enredo ou trama. Para todos os efeitos funcionam como narrativa (SILVA, 1995: 205).

Nessa perspectiva, as narrativas não se resumem aos gêneros formalmente reconhecidos; estamos imersos em um conjunto de práticas discursivas que constituem nossas histórias e passam a dar sentido a quem somos. Segundo Connelly e Clandinin (1995), o estudo da investigação narrativa é a forma como nós seres humanos experimentamos o mundo. A principal razão para o uso da narrativa na investigação educativa é que todos os seres humanos são contadores de histórias, individual e coletivamente vivem vidas relatadas.

Dentre as possibilidades de produção das narrativas que essa metodologia de investigação proporciona, escolhemos as entrevistas semiestruturadas com onze vereadoras de cinco municípios (São José do Norte, Mostardas, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão), os quais situam-se na região sul do Rio Grande do Sul. Os municípios e as vereadoras foram escolhidos com base em alguns critérios, respectivamente: fazer parte do cordão sul-rio-grandense, no qual a Universidade já

realiza algumas atividades e atuar no mandato vigente a esta pesquisa, 2009-2012.

As entrevistas foram filmadas e posteriormente transcritas, constituindo os dados narrativos. Com o objetivo de respeitar essa metodologia de investigação, foi distribuído um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) às mulheres participantes da pesquisa, com o qual as vereadoras autorizaram a entrevista e seus usos neste estudo. As vereadoras participantes da pesquisa são filiadas a diferentes partidos políticos. Elas possuem escolaridade de Ensino Fundamental a Superior e, além do trabalho na política, possuem diferentes profissões. Estão na faixa etária de 29 a 69 anos de idade. Quanto à conjugalidade, das onze (11) entrevistadas, seis (6) estão casadas; duas (2) são viúvas; uma (1) está em união estável; uma (1) está solteira e uma (1) é divorciada. Todas têm filhos/as.

A fim de preservar a identidade das vereadoras na pesquisa, estas foram identificadas por codinomes²: Sofia, Clarice, Eva, Tarsila, Berenice, Valentina, Júlia, Paola, Vanessa, Lígia, Larissa. A seguir, apresentamos uma relação de suas respectivas ocupações profissionais e partidos.

Tabela 1: Distribuição da ocupação profissional e partidos políticos das vereadoras

Vereadora	Ocupação profissional	Partido político
Tarsila	Assistente social	PTB
Berenice	Hoteleira	PP
Valentina	Professora	PT
Paola	Assistente social	Coligação PDT / PMDB / DEM
Júlia	Do lar e Produtora Rural	Coligação PDT / PMDB / DEM
Vanessa	Agente de saúde	Coligação PP / PSDB
Eva	Médica	PT
Sofia	Professora	PT
Clarice	Professora	PT
Lígia	Professora aposentada	PSB
Larissa	Estudante	PSDB

Fonte: Pesquisa: "É preciso ter coragem!" um estudo das narrativas de mulheres na política, 2014.

Partindo da metodologia de investigação narrativa como uma modalidade discursiva, com base em Jorge Larrosa (1996), entendemos que as vereadoras se constituem em uma rede de discursos, na qual vão produzindo suas identidades e experiências. Entretanto, para Joan Scott precisamos evidenciar os processos históricos que com base nesses discursos posicionam os sujeitos e também apresentam suas experiências. A autora destaca:

Não são os indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são construídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explicação, não a evidência

legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecimento, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz (SCOTT, 1998:304).

Desse modo, não utilizaremos as experiências das vereadoras como origem de um conhecimento, mas como elas são produzidas por experiências históricas que através dos discursos posicionam as mesmas na sociedade. Com isso, para a análise de suas narrativas construídas por experiências, nos valem da análise do discurso do filósofo francês Michel Foucault que desde a sua obra *Vigiar e Punir*, tem sido referência nos estudos que procuram outras formas de pensar e fazer pesquisa em educação.

Com base nesse autor, procuramos problematizar a rede de discursos que vem constituindo as participantes da pesquisa. Assim, não buscamos desvelar o que possa estar escondido no discurso, uma vez que conforme Foucault (2008:55), os discursos mais do que um conjunto de signos que remetem a conteúdos ou a representações, são "práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam". Em outras palavras eles produzem verdades, identidades e subjetividades.

Proceder nessa análise significa atentar para as relações de poder, as verdades consolidadas e as identidades naturalizadas. De acordo com Rosa Fischer (2001:198) "precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas – práticas bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um 'discurso'".

Análises das narrativas das vereadoras gaúchas: as mulheres na política partidária

Ao serem questionadas sobre as contribuições das mulheres na política, as vereadoras entrevistadas enfatizam atributos construídos para o gênero feminino, conforme podemos notar nas narrativas³ que seguem:

Acho que a partir do momento que nós mulheres temos esse perfil de saber, de sentir, a sensibilidade que nós temos dentro de uma casa para saber as nossas prioridades eu acho que isso também se reflete na política. Ela ainda acrescenta: Então eu vejo que a mulher teria essa sensibilidade de priorizar as coisas que são realmente necessárias (Berenice).

Eu acho que a mulher ela sempre tem uma preocupação e consegue contribuir, talvez no sentido muito da questão familiar, entende. De estar trabalhando um pouco esses sentimentos, eu acho que essa questão mais afetiva, a afetividade ela desenvolve mais ela tem uma... Não é que ela desenvolva, deixa eu ver qual seria a

² Os codinomes foram escolhidos pelas pesquisadoras conforme desejo das entrevistadas.

³ As narrativas das vereadoras encontram-se em itálico.

palavra, ela quer sempre tornar isso e demonstrar que isso é importante em qualquer espaço a questão da afetividade que o homem já não consegue demonstrar e nem fazer isso aflorar nos grupos. Eu acho que isso o papel da mulher em todos os espaços seja a área que ela atue ela sempre trabalha mais com essa parte da afetividade com o público o qual ela dialoga ou ela se insere [...] Então eu acho que essa questão é importante o papel das mulheres, não tratam os assuntos de forma fria (Sofia).

As mulheres eu acho que o que elas têm como eu converso às vezes com as mulheres vereadoras, colegas, candidatas esses novos eu digo sempre que vocês têm sempre que contribuir, ajudando no trabalho social, uma coisa assim ajudar para que a nossa comunidade melhore fazer parte dos cursos ajudar que venham cursos para cá [...] (Lígia).

Eu acho que a mulher tem a mesma contribuição que o homem tem para oferecer na política porque o trabalho é o mesmo. Eu hoje trabalho aqui na comunidade, acredito que meu trabalho não seja diferente dos meus colegas vereadores, procuro fazer o mesmo trabalho em prol da comunidade. Então eu acho que a nossa contribuição deveria ser a mesma. Não vejo, não considero como poderia ser diferente, acho que a contribuição da mulher é muito importante na política (Paola).

Nos fragmentos das narrativas dessas vereadoras, podemos notar que a contribuição das mulheres na política está relacionada com as atribuições construídas da mulher na sociedade. Dentre essas narrativas, apenas uma não aponta o espaço privado, a família, as áreas sociais como importantes pontos de contribuição das mulheres na política, pois considera que o trabalho deveria ser o mesmo. Esses pontos, elencados pela maioria das vereadoras, são sustentados pelas características construídas para o gênero feminino, ao longo de nossa história e cultura, como a sensibilidade e a afetividade.

Isso não quer dizer que estamos negando a possibilidade de as mulheres terem esses atributos, mas o quanto se tornou natural e considerado parte da essência de todas as mulheres:

As representações da mulher atravessam os tempos e estabelecem o pensamento simbólico da diferença entre os sexos: a mãe, a esposa dedicada, a “rainha do lar”, digna de ser louvada e santificada, uma mulher sublimada; seu contraponto, a Eva, debochada, sensual, constituindo a vergonha da sociedade (COLLING, 2004:15).

Nessa perspectiva, as representações das mulheres em diferentes espaços foram construídas sobre as bases de uma feminilidade universal de mãe, esposa dedicada, conforme as contribuições dessa autora. No imaginário social ainda persistem essas representações, mesmo havendo mulheres que não se enquadram nestas. A representação, no entanto, não é um espelho do real; é construída e instituída

discursivamente por meio da linguagem em uma rede de significados colocados em circulação (HALL, 1997).

Ao longo da história, discursos serviram para construir as características diferenciadas entre homens e mulheres. Discursos que circulam e consolidam-se em meio a relações de poder. Andréa Gonçalves (2006) destaca a importância da Psicanálise nesse processo, a qual determinava, com base nos estudos de Freud, em 1992, a anatomia como destino das mulheres. Destacando que as mesmas se saíam melhor nas tarefas destinadas pela biologia, como a de ser mãe. Simone de Beauvoir contesta essa explicação e lança o seu livro, *O Segundo Sexo*, apenas 10 anos depois da morte de Freud. Segundo a autora, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade [...]” (BEAUVOUR, 1980: 9).

A partir dos estudos de gênero em suas vertentes pós-estruturalistas, entendemos que esses discursos constituem os objetos que falam; carregam representações de feminino e masculino que produzem as identidades de gênero no interior da cultura. Assim, as narrativas das vereadoras carregam as representações construídas no interior de nossa cultura sobre ser mulher e suas atribuições na sociedade.

Em outras narrativas, podemos notar a implicação dessas características:

Eva: As mulheres são mais sensíveis que os homens, mulher sabe mais o que está certo, o que está errado em tudo. São mais inteligentes, eu acho, porque um homem só levanta e sai. Quando volta está tudo pronto em casa. Mulher tem os filhos, o marido, a casa, tem o trabalho, tem a política. Mulher tem muito mais trabalho que o homem.

Pesquisadora: E a senhora acha que isso contribui para a política, de que forma?

Eva: Contribui, eu acho que a mulher tem mais discernimento do que é mais certo ou errado.

Na fala de Eva, podemos notar a representação de que as mulheres são mais sensíveis e sabem a diferença entre o certo e o errado mais que os homens. Também notamos as múltiplas identidades das mulheres contemporâneas, que, além do trabalho doméstico e cuidado com os/as filhos/as, possuem um trabalho fora do lar, uma representação cultural recente devido às lutas dos movimentos de mulheres e feministas na conquista dos espaços de trabalho. Com essa narrativa, fica evidente a polaridade rígida entre os gêneros em nossa sociedade, elencada por Joan Scott (1995). Trata-se de uma polaridade que posiciona homens e mulheres em lugares distintos, como se um não implicasse no outro.

Em outras narrativas, podemos identificar a recorrência do senso de valores, no qual, a mulher é considerada mais justa. Na narrativa de Berenice, notamos essa questão pela afirmativa de que esta não tem ouvido notícias sobre mulheres corruptas. Ela ainda acrescenta: *Nós somos minoria então realmente é um percentual muito*

pequeno tanto de mulheres quanto de corrupção, se é que tem.

Em uma narrativa, vemos a desvinculação das mulheres em relação à corrupção:

A gente não quer fazer distinções, mas ao mesmo tempo se a gente olha a incidência de corrupção nos espaços, embora tenha, tenha como tudo, mas a mulher ainda está em processo de afirmação, então eu percebo que há mais cautela em cometer atos corruptos então há mais responsabilidade não sei se é paralelo a isso porque é uma conquista em menção ainda por isso te faço a menção ao trânsito que acidentes com mulheres é bem menor porque há mais cautela, há mais prudência não se faz tanto extravagância como é cometido (pelos homens) (Larissa).

Para a vereadora a seguir, Valentina, as mulheres têm mais responsabilidade de não errar na sociedade e, conseqüentemente, na política:

Então, a mulher tem uma responsabilidade muito maior de não errar porque senão: “eu não disse, é mulher”. A mulher vem de carro acontece qualquer coisa: “ah, a mulher na direção”, mas têm que ver que os acidentes de carro é minoria as mulheres, a maioria são os homens assim como também na parte das infrações tanto infração de trânsito a porcentagem de mulher que faz essas infrações é pequena (Valentina).

O tema mulheres e corrupção é muito recente na Ciência Política. Segundo Aranha (2010), é na literatura internacional (SWAMY et. al., 2001; SUNG, 2006; KAUFMANN, 1998) que encontramos debates sobre esses temas, dentre eles, a concepção de que as mulheres estão menos envolvidas em corrupção. A autora baseada em Swamy e outros (2001 apud ARANHA, 2010: 79), destaca as hipóteses desenvolvidas por eles que dizem respeito a essa concepção como, por exemplo, as mulheres são identificadas como propensas a perdoar a corrupção; o menor envolvimento das empresárias em suborno; a maior representação e inserção das mulheres no mercado de trabalho têm possibilitado menores níveis de corrupção.

Diante dessa relação entre mulheres e corrupção, podemos notar que os argumentos contribuem para uma essencialização do gênero feminino, o que a autora procura problematizar. A ideia de uma “essência” de gênero não pode ser utilizada para justificar os comportamentos masculinos e femininos na arena política, e nos demais espaços sociais. Entretanto, muito tem se utilizado dessas idéias para atribuir uma “essência” do gênero feminino com base na sensibilidade, na generosidade e no senso de justiça e; conseqüente não corrupção.

No excerto da narrativa de Larissa, podemos notar os efeitos dessas características nas atividades políticas das vereadoras:

[...] o que percebo até quando eu fui presidente aqui, a mulher tem uma sensibilidade, um olhar que não é o mesmo olhar masculino. Então, eu pensava nos espaços ocupados pelo servidor, uma coisa da gestão da casa. Que

isso aqui é um espaço público, onde pessoas trabalham desenvolvem e vão ter uma carreira aqui. Então, eu pensei em coisas que antes não haviam sido pensadas, pensei no acervo da casa como uma câmara histórica e antiga da cidade como patrimônio do município. Então, tem coisas que até então não tínhamos feito e muito documento já se perdeu por não ter esse cuidado, não ter esse espaço [...]. Ela continua: [...] aí, pegando o exemplo da presidenta, o que a gente espera de uma mulher? Que ela consiga lançar olhar justamente nesses aspectos que os homens não despertaram. Então, a gente tem uma expectativa com a presidenta por essas questões que são as indiretas, como eu estava dizendo.

Na fala de outra vereadora, podemos notar também essa compreensão: *Então é essa diferença que eu avalio que eu vejo que o homem é a razão e a mulher é mais coração, então tu consegue enxergar de uma forma diferente o problema (Vanessa).*

Nesses fragmentos das narrativas das vereadoras, notamos a consideração de uma prática política diferenciada devido à sensibilidade da mulher. Segundo Larissa, as mulheres teriam outro olhar para as questões políticas, até então exercidas pelas visões dos homens. Nessa fala de Larissa, também podemos perceber que a participação e a presença das mulheres nesse espaço está interligada ao que a sociedade espera, como ela destaca: “o que se espera de uma mulher?”. A partir disso, lançam-se expectativas para que essas mulheres em cargos públicos possam ter um olhar e posição diferente das dos homens. Para Vanessa, essa prática diferencia-se da dos homens devido às mulheres agirem com o coração; enquanto os homens, com a razão. Assim, com base nessas características as mulheres estariam exercendo o que é esperado para o seu gênero na sociedade.

Características como a sensibilidade, atribuída às mulheres, não é uma novidade nos estudos de gênero. Por séculos, essas características foram determinantes para a permanência das mulheres no espaço privado, principalmente para a disseminação da posição dicotômica assumida por homens e mulheres nas sociedades. Entretanto, alguns estudos têm provocado a problematização das concepções constituídas que enfatizam uma ética melhor das mulheres na política devido ao seu comportamento e cuidado com os outros.

Luis Felipe Miguel (2001: 257-258) desenvolve algumas discussões em torno da vertente que busca a paridade entre homens e mulheres na política a partir de uma diferença moral. Para o autor, essa corrente produz uma singularidade do julgamento feminino, na qual: “Dar espaço à representação política feminina seria dar voz, nas discussões públicas, a esta outra sensibilidade, que hoje permanece circunscrita à esfera doméstica; por isto, é necessária a adoção de mecanismos que promovam a elevação da presença de mulheres nos foros decisórios”.

Chamada de “política do desvelo” ou “pensamento maternal”, segundo o autor essa vertente construída por algumas feministas como Sara Ruddick (1989) e Jean Bethke Elshtain (1981) propõem que a inserção das mulheres no campo político traria um diferencial devido as suas experiências no cuidado com os outros. Nesse sentido, a corrente estabelece um efeito automático dessa relação, ou seja, bastaria à inserção das mulheres na política para uma mudança de comportamento e, conseqüente, paridade? O autor irá destacar que não há nada de automático nessa relação entre gênero e “política de desvelo”, pois homens e mulheres podem exercer da mesma forma o poder. Com exemplo, temos em mandatos de mulheres públicas, que assumiam posições diferentes das representações que se espera de uma mulher, as reações da sociedade foram negativas, como foi o caso da ex-primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher, entre outras.

Apesar do viés essencialista que a corrente da “política de desvelo” ou “pensamento maternal” produz Miguel (2001) destaca que ela tem referência nas concepções que não pretendem operar com essa essencialidade, mas abordar o processo de socialização, ou seja, pela experiência na sociedade as mulheres desenvolvem essas características. A autora Nancy Chodorow (1978) 4, realiza uma crítica à Psicanálise de Freud sobre as diferenças de gênero e as práticas de criação das crianças ao enfatizar a maternidade e seus efeitos na vida das mulheres. Ela possibilita-nos perceber o caráter construído da maternidade e não naturalmente dado como postula a Psicanálise, ou seja, a maternidade como o resultado de aprendizagens cognitivas.

Outra pesquisadora que também realiza uma crítica à Freud, a psicóloga Carol Gilligan (2015) destaca que ele baseia-se no imaginário da vida dos homens para traçar o desenvolvimento humano desconsiderando o desenvolvimento das relações e experiências das mulheres. A autora é referência e ponto de partida para as pesquisas que defendem uma ética do cuidado. Ao utilizar como referência o ensaio de Freud “On Narcissism” publicado em 1914, Gilligan demonstra que o problema de interpretação da compreensão das mulheres emerge com suas observações. Neste ensaio diferentes situações são apresentadas para crianças, em uma dessas: duas crianças são observadas Amy que pretende ser médica e Jake que prefere ser professor de matemática, ambas com onze anos de idade e na mesma classe da escola. As crianças são colocadas para resolver um dilema, no qual um homem não sabe se rouba uma droga para a esposa doente. Com esse dilema pretende-se observar a maturidade da moralidade e a capacidade para a resolução de conflitos. Enquanto Jake

utiliza-se da lógica matemática para resolver indicando que ele deveria roubar, apesar de considerar errado e as conseqüências com a justiça. Ele concorda que o homem deve roubar para salvar a esposa, mas destaca que o juiz deveria considerar a redução da pena pelo motivo de salvar a vida da esposa. Assim, a observação é que o menino utilizou do pensamento lógico para a solução do problema mostrando o senso de justiça. Já Amy ao resolver o dilema enfatiza que é ruim roubar e que o homem deveria encontrar outra maneira, pois se ele roubar será preso e a esposa pode ficar doente novamente e ficar sem o marido. Ela enfatiza que ele deveria pedir ajuda buscando um empréstimo. A observação feita é que Amy teria uma visão ingênua e imatura do mundo, além da dependência com os outros.

Ao trazer essas situações Gilligan (2015) destaca o quanto o entrevistado das crianças não consegue compreender a resposta da menina, pois ele faz mais perguntas quanto ao roubo para ela do que para o menino e desconsidera o raciocínio dela ao tratar como ingênuo e imaturo. Para a autora não há nada de ingenuidade, pois a menina considera que seu mundo é feito de relações e, por isso, destaca a comunicação. Nas palavras da autora,

O mundo dela é um mundo de relacionamentos e verdades psicológicas onde uma consciência da conexão entre pessoas dá origem a um reconhecimento de responsabilidade uns pelos outros, uma percepção da necessidade de resposta. Visto por esse viés, seu entendimento de moralidade originado do reconhecimento de relacionamento, sua crença em comunicação como modo de resolução de conflitos, e sua convicção de que a solução para o dilema seguirá de sua representação parece estar longe de ingênua ou cognitivamente imatura. (GILLIGAN, 2015: 5, tradução nossa).

Com isso, Gilligan aponta que os julgamentos de Amy passam a serem tomados como centrais a uma ética do cuidado enquanto os do Jake refletem a abordagem da justiça, considerada a moralidade padrão. Entretanto, a autora defende a existência de duas formas diferentes de compreensão moral. Com base nessa análise a autora destaca que as meninas não corresponderiam às categorias das relações derivadas dos meninos evidenciando uma normatização do modelo masculino no desenvolvimento humano.

Tânia Kuhnen (2015) ao mostrar a ética do cuidado, baseada na proposta de Gilligan, ressalta que ao evidenciar as distintas vozes morais, aponta que há duas perspectivas: compreensão da moralidade padrão considerada “masculina” e a outra associada, geralmente, as mulheres baseada na relação com o outro. No entanto, essa dualidade é criticada por algumas feministas, pois uma ética moral baseada no cuidado, conhecida como ética do cuidado pode ser associada a um conservadorismo. Para Kuhnen (2015:3), “trata-se da crítica de que a defesa

4 Para saber mais ver: CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering*. University of California Press. Berkeley, 1978. A Tradução da obra publicada no Brasil: CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da Maternidade: Uma crítica de Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 1991.

da voz diferente levaria a uma manutenção da submissão das mulheres na sociedade e à prevalência de certos estereótipos, por exemplo, o de que a mulher nasceu para cuidar dos outros”.

No campo da participação política outros pesquisadores problematizam essa ética do cuidado, segundo Mirian Grossi e Sônia Miguel (2001:189), “estes atributos – ética, solidariedade, justiça, fraternidade, democracia – justificariam a participação das mulheres na política, como se as mulheres fossem necessárias por sua diferença, por qualidades inatas ao sexo feminino”. Nesse sentido, temos a ideia que as mulheres diminuiriam o caráter agressivo da política, ou até o equilibrariam.

Também de acordo com as autoras, mesmo que a sensibilidade, por exemplo, tenha sido ao longo dos tempos, atribuída às mulheres, o que chama a atenção é que:

Neste momento a sensibilidade é colocada, no discurso de mulheres e de homens, como um valor positivo para ser incorporado ao campo da política. Se antes o perfil de um político era a firmeza, a autoridade (e todos aqueles outros atributos atribuídos em nossa sociedade, ao masculino), hoje neste perfil, que inclui agora também a presença das mulheres, a sensibilidade, a ética da preocupação pelos outros, começam a ser vistas como posturas necessárias, no exercício do poder. Esta seria uma das diferenças valorizadas, na participação da mulher na política (GROSSI; MIGUEL, 2001: 193).

Essas discussões vêm reforçando as formas binárias pautadas nas atribuições socialmente construídas de homens e mulheres, constituindo um olhar essencialista para a contribuição das mulheres na política partidária. Com isso, não temos a pretensão de dizer que as mulheres não se beneficiam desse discurso, mas problematizamos a reconfiguração desses atributos que, aparentemente contribuem para a inserção e a presença das mulheres na política e para os significados que estes fazem circular.

Em um estudo desenvolvido pela autora Joanalira Magalhães (2008) sobre a análise de revistas de divulgação científica, notamos que além dos discursos da Psicanálise outros discursos, ancorados na Biologia e nas Neurociências, vêm fazendo circular ainda hoje representações de feminino, de suas práticas em sociedade pautados no cuidado com os outros como, por exemplo, as habilidades desenvolvidas na gestação que podem ajudar as mulheres no trabalho, devido às mudanças na estrutura do cérebro melhorar a memória e a capacidade espacial, deixando as mulheres mais atentas e preparadas para o cuidado dos seus filhos. Isso quer dizer que quando se trata das identidades de gênero, a anatomia também se torna o destino para as explicações de cunho essencialista, o que precisamos problematizar, pois homens e mulheres constituem-se em diferentes espaços com base na cultura. Precisamos problematizar as implicações desses discursos, por exemplo, na participação política de

homens e mulheres, pois tais implicações têm produzido desigualdades, discriminações e separado temas políticos e áreas de atuação.

No decorrer das narrativas, as vereadoras enfatizam que, devido à presença das mulheres no cenário político, questões como violência doméstica, economia solidária e políticas para as mulheres vêm aproximando as mulheres da comunidade em direção à câmara. A participação dessas vereadoras, nesse sentido, aproxima-se de questões e temas referentes à educação, à saúde e à assistência social recorrentes na participação das mulheres na política partidária. No Brasil, estudos apontam para a permanência da relação entre a participação das mulheres na política brasileira e as atividades de cunho social.

Andréia Orsato e Alfredo Alejandro Gugliano (2010) investigaram as deputadas do Rio Grande do Sul e verificaram que as mulheres seguem fazendo política conforme os modelos tradicionais de divisão de atividades. Claudia Barbosa (2011) evidencia em sua pesquisa com mulheres prefeitas na Bahia, que mais da metade das entrevistadas, ou seja, que 54% possuem formação ligada à área educacional, como professoras e pedagogas exercendo, em alguns casos, o cargo de secretária municipal de educação.

Diante dessas recorrências, Luis Felipe Miguel e Fernanda Feitosa (2009), realizaram um estudo que partiu da divisão dos temas políticos elaborados pela ciência política estadunidense, eles utilizaram os termos *hard politics*, *middle politics*, *soft politics*, questões irrelevantes e outros. por *hard politics* consideraram o exercício do poder do estado e a gestão da economia; *middle politics*, temas que permitiam abordagens mistas, como previdência social; *soft politics*, questões relacionadas à área social; questões irrelevantes, homenagens em plenário e outros temas com baixa frequência.

A pesquisa desenvolvida no congresso nacional por esses autores (id.) destaca a atuação das deputadas nas *soft politics*, com temas de saúde pública e saneamento, habitação, direitos humanos, questões sociais, entre outras. Eles concluem que há uma forte atuação das deputadas em temas de cunho social. Os resultados também apontam o quanto fazer política no *soft politics* ou no *hard politics* interfere na carreira política parlamentar. Miguel e Feitosa (id.) também inferem que, enquanto *soft politics* aparece como um degrau para os homens em início de carreira, para as mulheres trata-se de um espaço próprio de ação.

Com tais pesquisas podemos notar que a relação entre as mulheres e o discurso do cuidado, é produzida de forma naturalizar a identidade das mulheres na sociedade e o exercício de suas atividades políticas. Entretanto, precisamos considerar, sobretudo, o estabelecimento de estruturas culturais e políticas que determinariam as relações e as práticas na política partidária e representativa pautadas em atribuições de feminino e masculino, na qual

essas atividades se configuram como o único campo aberto de atuação.

A pesquisadora Iris Young (2012) aponta para análises recentes feministas em que a dicotomia construída entre o espaço público e o privado sugere um ideal de público cívico imparcial e universal. Neste ideal de público cívico, “ao pressupor que a razão se opõe ao desejo, à afetividade e ao corpo, essa concepção de público cívico exclui aspectos corporais e afetivos da existência humana.” (YOUNG, 2012: 185). Além disso, ao impor uma homogeneidade esta concepção exclui determinadas pessoas que são identificadas social e culturalmente a partir desses aspectos como as mulheres. Isso não apenas contribuiu para a entrada tardia de mulheres nos processo de decisão eleitoral, que só em 1932, no Brasil teve a promulgação do voto feminino. Mas, também, para a sub-representação na atualidade. Nesse sentido, a tímida e recente participação das mulheres está permeada desse ideal de imparcialidade pública, ou seja, de uma construção do próprio espaço público homogêneo e universal, no qual não há espaços para as particularidades.

Assim, transitar pelas narrativas das vereadoras possibilitou-nos compreender como seus olhares sobre a categoria mulher produzidos no interior da sociedade reforçam concepções dicotômicas no espaço público. Dessa forma, não podemos desconsiderar que a constituição do espaço público potencializou essas concepções. Para Young o sentido do “público” deve ser visto para expor as diferenças e particularidades dos grupos. A autora procura desafiar a forma tradicional com que foram estabelecidas as dicotomias público e privado, razão e afetividade, universal e particular a fim de que “pessoas reais, com suas diferenças geográficas, de gênero, étnicas e profissionais, afirmam suas perspectivas sobre questões sociais dentro das instituições que incentivam a representação de suas distintas vozes.” (YOUNG, 2012: 194).

Segundo Tomaz Tadeu da Silva,

As narrativas são cruzadas pelas linhas do poder, mas elas não existem num campo tranquilo de imposição. Ao contar histórias contaminadas pelos significados dominantes, elas tentam estabelecer e fixar identidades hegemônicas. Entretanto, as identidades e subjetividades sociais existem num terreno indeterminado, num território de significados flutuantes. [...] Através das narrativas, identidades hegemônicas são fixadas, formadas e moldadas, mas também contestadas, questionadas e disputadas (SILVA, 1995: 205).

Nessa direção, ao contar suas histórias e experiências, as vereadoras foram construindo suas identidades e subjetividades. Por meio de suas narrativas, pudemos perceber as identidades hegemônicas de gênero que foram construídas ao longo de nossa história e cultura. As características de sensibilidade, afeto, amorosidade

atribuídas às mulheres, fazem parte dessa identidade feminina universal, assim como, aos homens, a frieza, o trato com questões públicas e econômicas, bem como a propensão à corrupção. Entretanto, essas características não dão conta da multiplicidade de mulheres e homens que são produzidos na sociedade.

Algumas feministas como Judith Butler questionam a instituição da categoria “mulher” que exclui as singularidades ao problematizar a desconstrução do sujeito. Entretanto, desconstruir para Butler (1998), não é negar ou apagar, mas problematizar, pôr em questão. Afinal, que sujeito é esse? Que mulheres e homens têm em nossa sociedade? De acordo com a autora, “no começo da década de 1980, o “nós” feminista foi atacado com justiça pelas mulheres de cor que diziam que aquele “nós” era invariavelmente branco e que em vez de solidificar o movimento, era a própria fonte de uma dolorosa divisão” (BUTLER, 1998:24).

Gisele Espinosa (2002) também contribuiu para pensarmos na universalização da categoria mulher, ao problematizar as questões do feminismo histórico que não dariam mais conta das demandas das mulheres, em especial das camadas populares. Por esse viés, ao hegemonizar um grupo, categoria ou identidade estamos silenciando as diferenças e produzindo desigualdades, discriminações, violências e exclusões sociais e políticas.

Tecendo algumas considerações

Ao longo das narrativas, pudemos identificar que as mulheres entrevistadas enfatizam uma política diferente da dos homens por possuírem outros olhares, que corroboram com os atributos que envolvem as identidades de gênero. São comumente utilizados argumentos como: as mulheres são mais sensíveis e justas; ou elas possuem essas características por suas experiências de gênero feminino na sociedade: donas-de-casa e esposas.

Por muito tempo, as mulheres são interpeladas por determinadas representações de amorosidade, sensibilidade e afetividade, o que gerou a produção de uma identidade universal de gênero feminino. Ao longo do movimento feminista, este teve e ainda tem inúmeras divergências quanto a essas representações e à categoria “mulher”, pois cada mulher é diferente em suas demandas e singularidades. Entendemos que existem múltiplas formas de ser mulher e estar no mundo. As mulheres de classe média, por exemplo, possuem diferentes necessidades em relação às mulheres das camadas populares. Do mesmo modo, as mulheres brancas, em relação às mulheres negras. Nesse sentido, Judith Butler provoca-nos a pensar na unidade da categoria mulheres como sujeito universalizado do feminismo:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a

categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação (BUTLER, 2003:19).

Segundo a autora é problemático centralizarmos um sujeito em uma única identidade, como acontece com as mulheres, pois “se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é” (BUTLER, 2003: 20). Isso se dá por diferentes razões, uma destas é que o gênero não é tão coerente e constante como se acredita; este estabelece interseções com outras identidades sexuais, raciais, étnicas etc. Apesar disso, algumas correntes continuam operando com essa unidade e, a partir dela justificando a presença das mulheres nos espaços sociais como a “política do desvelo” ou “pensamento maternal” que se utilizam da ética do cuidado de Gilligan (2015) e da socialização do cuidado com a maternidade Chodorow (1978) para legitimar seus pressupostos produzindo representações hegemônicas e universais. Nessa disputa a crítica feminista se instala, e as pesquisas sobre o discurso do cuidado na política brasileira começam a propagar.

Mas, afinal, o que esperar das mulheres na política? Essa pergunta não pode ser fechada em sua totalidade, pois o que pudemos apreender das narrativas das entrevistadas foi o possível naquele contexto específico de vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul, nos municípios de São José do Norte, Mostardas, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul e Jaguarão. Isso quer dizer que as considerações deste estudo decorrem das experiências e trajetórias dessas mulheres. Nas suas narrativas, estão presentes algumas representações de mulher e de prática política que as interpelam e vêm constituindo as suas identidades nesse espaço, com base em diferentes discursos já existentes em nossa sociedade, os quais incidem em características como a sensibilidade, o senso de justiça, as áreas sociais, a família. Com isso, as representações das vereadoras são efeitos de outras representações consolidadas no interior de nossa cultura.

Nesse diálogo entre narrativas, conhecemos, com as vozes das vereadoras, algumas atribuições e expectativas construídas culturalmente em nossa sociedade sobre as mulheres no espaço político. As narrativas possibilitaram perceber uma homogeneização das mulheres e de sua atuação política. Assim, buscamos nesse estudo problematizar a participação feminina na política partidária, a fim de que as mulheres não sejam resumidas a uma única condição de mulher na sociedade, o que historicamente gerou exclusão e discriminação social, cultural, econômica e política.

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.

Referências

ARANHA, Ana Luiza Melo. (2010). Discursos femininos – Um estudo sobre a relação entre mulheres e corrupção. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de políticas para as mulheres. 5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos vencedores –, p.73-93.

ÁVILA, Dárcia Amaro. (2014). “É preciso ter coragem!”. Um estudo das narrativas de mulheres na política. Rio Grande: FURG. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

BARBOSA, Claudia de Faria. (2011). “Representação e governabilidade das mulheres: argumentos sobre a política local no estado da Bahia”. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DIVERSIDADES E (DES) IGUALDADES, 11, 2011, Salvador. Anais Universidade Federal da Bahia Salvador.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. v. 2, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “Pós-modernismo”. “Feminismo(S) contemporâneo(S). Cadernos Pagun. 11, p. 11-42.

COLLING, Ana. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues. Gênero e Cultura: Questões contemporâneas. Porto Alegre: EDPUCRS, p. 13-38.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. (1995). Relatos de experiência e investigação narrativa. In: LARROSA, Jorge, et al. Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación. Barcelona: Laertes, p. 11-59.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. (2003). Estudos Culturais, educação e pedagogia. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, p. 36- 61, maio/ago..

CHODOROW, Nancy. The Reproduction of Mothering. University of California Press. Berkeley, 1978.

ESPINOSA, Gisela. (2002). Ciudadanía y feminismo popular. In: CASTAÑEDA, Griselda Gutiérrez. Democracia

- y luchas de género: la construcción de um nuevo campo teórico y político. México: PUEG, p. 15-44.
- GILLIGAN, Carol. (2015). In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development. Harvard University Press. Cambridge, 1982. P.24-39. Disponível em: <http://courseweb.stthomas.edu/sjlaumakis/Reading%204-GILLIGAN.pdf>. Acesso em: 04. Jul. 2015.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. História e gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GROSSI, Mirian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. (2001). Transformando a diferença: as mulheres na política. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 167-206.
- HALL, S. (1997). The Work of Representation. In: _____. (Org.) Representation. Cultural Representations and Signifying Practices. Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Delhi. p. 2-73.
- KUHNEN, Tânia Aparecida. (2015). A ética do cuidado como teoria feminista. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_T%C3%A2nia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf. Acessado em: 04. Jul. 2015.
- LARROSA, Jorge. (1996). Narrativa, identidad y desidentificación. In: LARROSA, J. La experiencia de la lectura. Barcelona: Laertes. p. 461-482.
- _____. (2002). Tecnologias do Eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, p. 35 –86.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MEYER, Dagmar. (2003). Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, p. 9-27.
- MAGALHÃES, Joanalira Corpes. (2008). Por que os homens nunca ouvem e as mulheres não sabem estacionar? Analisando a rede de discursos das neurociências quanto às questões de gênero em alguns artefatos culturais. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: química da vida e saúde), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MATOS, Marlise. (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? Revista sociologia política, 18, n. 36: p. 67-92, jun.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2001). Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n. 9: p. 253- 267, 1. sem.
- MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. (2009). O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. DADOS – Revista de Ciências Sociais v. 52, n. 1, p. 201-221.
- ORSATO, Andréia; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. (2010). Da invisibilidade às diversas formas de apropriação do espaço público: uma análise dos projetos parlamentares de deputadas estaduais do Rio Grande do Sul (2007-2010). In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9, Anais Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- SCOTT, Joan. (1995). Gênero: uma categoria de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (2010). Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (1995). Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. _____. In: (org). Alienígenas em sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 190-207.
- YOUNG, Iris Marion. (2012). O ideal da imparcialidade e o público cívico. Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. pp. 169-204, setembro-dezembro.

Recebido em 07/03/2015 e aceito em 29/06/2015